REPÚBLICA PORTUGUESA | GABINETE DO MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Intervenção do Ministro da Administração Interna na Cerimónia de Assinatura dos Protocolos para a Constituição de 60 Equipas de Intervenção Permanente
Vendas Novas, 30 de abril de 2021

Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas,
Sra. Vice-presidente da ANMP, em representação dos municípios portugueses,
Sr. Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses,
Sr. Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil,
Srs. Presidentes de Câmara de Bragança, Águeda, Amadora, Arraiolos e Faro,
Srs. Presidentes das Associações Humanitárias de Bombeiros,
Srs. Comandantes,
Srs. Dirigentes da estrutura da Proteção Civil a nível nacional, regional e local,
Sr. Diretor da Escola Nacional de Bombeiros,
Minhas Senhoras e meus senhores

Estamos aqui, hoje, num dia de esperança, no ano mais difícil das nossas vidas, enquanto participantes na estrutura de bombeiros, na dimensão autárquica, na dimensão de participação cívica, de todos aqueles que assumiram o serviço à comunidade como um desafio.

Daqui a poucas horas, Portugal deixa, oficialmente, de estar em Estado de Emergência. Mas isso não significa que o combate difícil que temos vindo, juntos, a travar no último ano, tenha terminado. A partir de agora, é a Lei de Bases da Proteção Civil que, no quadro da chamada Situação de Calamidade, passa a nortear a resposta pública aos desafios que visam consolidar estes resultados animadores que são a única forma de homenagearmos os mais de 800 mil portugueses afetados por esta terrível doença, os mais de 16 mil que perderam a vida ao longo deste ano tão complexo.

É por isso que eu queria, neste momento, fazer uma profunda homenagem a todos os agentes de proteção civil e, de uma forma muito especial, aos bombeiros, que estão no centro desta resposta, que são a coluna vertebral do nosso sistema de proteção civil. Uma homenagem pela forma como não deixaram de fazer tudo aquilo que sempre fizeram, garantindo que 2020 fosse mais um ano com menos de 50% de ocorrências em incêndios rurais relativamente à média dos últimos 10 anos, com menos de 51% de área ardida relativamente à média da década. Obviamente isso é fundamental para o sentimento de segurança das populações. Em todas as ocorrências múltiplas estiveram presentes e a isso acresce a resposta que foi dada àqueles que foram vítimas ou tiveram de ser sujeitos a mecanismos de deslocação por isolamento profilático, ou que por qualquer outra razão tiveram de ter apoio no quadro do combate à pandemia.

A admiração que os portugueses têm pela estrutura de proteção civil aumentou ainda mais, sem dúvida, ao longo deste ano. A resposta nesta dimensão da segurança dos portugueses é fundamental. O Ministério da Administração Interna tem múltiplas facetas e componentes, como é sabido, e não vale a pena hoje falar delas, porque seria descabido. Mas eu tenho consciência de que foi por esta que cheguei ao Ministério da Administração Interna, num momento trágico, difícil e penoso para todos nós, há mais de três anos e meio. O que fazemos aqui hoje é um elemento fundamental dessa resposta que temos vindo a dar. A componente do esforço de profissionalização dos bombeiros voluntários, e que se traduziu - como se referiu o nosso comandante, meu caro amigo Jaime Marta Soares – no facto de 70% destas equipas profissionais terem sido constituídas nos últimos 3 anos. Esse é um esforço de compromisso que reúne duas das componentes às quais, na minha vida cívica, mais tenho estado ligado: o combate pela segurança dos portugueses e o papel único das autarquias locais, o papel de uma resposta descentralizada, naquilo que são matérias que são de interesse nacional mas em que o Estado somos todos nós - Proteção Civil somos todos nós - e há aqui dimensões locais sem as quais nada disto faria sentido.

As EIP unem esta participação. Conseguimos chegar ao ponto em que todos os municípios que quiseram ser parceiros neste processo, todas as associações que quiseram ser parceiras neste processo - e era nesse ponto que estávamos há 3 anos e meio - têm já a sua Equipa de Intervenção Permanente. E estamos hoje numa nova fase, em que é já possível definir quais são as prioridades na criação de uma segunda equipa, segundo critérios de prioridade na resposta. Numa dimensão que envolve cerca

de 12 milhões de euros de investimento anual, em que há uma participação dos municípios e uma participação do Estado, através da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

É muito importante que tenha sido possível realizar esta cerimónia. Num quadro normal, estariam aqui as 60 associações, os 60 municípios e no final iríamos todos tratar das tais bifanas de Vendas Novas. Os tempos não nos permitem isso. Mas o fundamental é que existe essa resposta e, simbolicamente, foi por ordem alfabética que, da Região Norte à Região do Algarve, está aqui representado o primeiro Município de entre aqueles que hoje celebram estes acordos. Mas, nestes seis, sei que são os 60 municípios, as 60 associações e os 60 comandantes que estão aqui representados e presentes connosco.

A todos vós, o que posso reiterar é um compromisso de diálogo construtivo, o diálogo que tem permitido resultados, que permite ter este ano um DECIR aprovado com apoio de todos e que é mais sólido e ainda com meios acrescidos face ao anterior, que nos permite ter, pela primeira vez, uma Diretiva de vigilância e de deteção, nesse pilar que jamais existira e que é coordenada pela GNR, e que nos permite colaborar também na dimensão de prevenção, que é fundamental, dos programas de intervenção comunitária aos programas de limpeza da floresta, que levem à mitigação de riscos.

É este compromisso que nos levará certamente a aprofundar o debate sobre a revisão do estatuto das Associações Humanitárias de Bombeiros, o seu regime de financiamento, e a encontrar as soluções que permitam reunir o maior denominador comum possível em torno daquilo que nos une: o serviço aos portugueses, o serviço público, a defesa da segurança das populações, por um país mais coeso, mais justo e solidário.

Muito obrigado a todos.